



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

Processo Licitatório n.º: 108/2022

Pregão Eletrônico n.º: 033/2022

Registro de Preços n.º: 024/2022

Modo de Disputa Aberto

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Município de Presidente Olegário e esta Pregoeira, designada pela Portaria n.º 144 de 2022, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 Decreto Municipal n.º 1.183/2020, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço item, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

2. Para os efeitos desta contratação e considerando a particularidade do objeto em licitação, considerando ainda ser mais vantajoso para a administração pública, tendo em vista que na pesquisa de mercado realizada identificou-se que não há no mínimo de três empresas enquadradas como ME/EPP para todos os itens dessa licitação, esta contratação terá destinação à ampla concorrência, não tendo, portanto, exclusividade na contratação de ME e/ou EPP, e, no caso de participação de micro e pequenas empresas, poderá ser utilizado o mecanismo do empate ficto.

3. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Data: 19 de julho de 2022
Fim do recebimento das propostas: 08h59min
Horário de abertura da sessão: 09h00min (Horário De Brasília/DF)
Endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

4. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos já fixados.

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA aquisição de materiais odontológicos e afins para a Central Odontológica do Município de Presidente Olegário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

SEÇÃO II – DA DESPESA

1. Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2022, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no §2º do Art.7º do Decreto Federal 7.892/13.

2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2022 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO DOS PROPONENTES



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

1. O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio www.licitanet.com.br.
2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
 - 2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 2.2. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
3. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objeto social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.
 - 1.1.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente à Licitanet – Licitações On-Line (www.licitanet.com.br), telefone: (34) 3031-6633, (34) 3236-7571, (34) 99678-7950 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão, onde deverá ser observado o seguinte:
 - a) cadastro ativo com a Licitanet – Licitações On-Line através de login e senha.
 - b) inserção no sistema do valor inicial de cada item e a respectiva marca do produto (digitando “produto sem marca” quando for o caso, ex. serviços).
 - 1.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/02.
- 1.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.
- 1.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Presidente Olegário, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.
- 1.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais normas pertinentes.
- 1.6. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).
- 1.7. Não poderão participar deste Pregão:
 - empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
 - empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

- empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal n.º 8.429/92;
- quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93;
- Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

SEÇÃO V – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema(www.licitanet.com.br), o seguinte:

5.1.1. Documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no presente edital, dispostos na SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO;

5.1.2. Proposta com a descrição do objeto ofertado e preço;

5.2. O horário limite de acolhimento das propostas comerciais, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

5.3. A Pregoeira poderá realizar diligência para verificação do registro da Anvisa dos produtos, se caso questionado.

5.4. As propostas registradas no Sistema não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DECLASSIFICADA** pela pregoeira.

5.5. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5.6. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), prevalecerão às do edital.

5.7. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.8. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances

5.12. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca e Modelo, no caso de fabricação própria colocar “fabricação própria”, uma vez que os



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

proponentes não poderão ser identificados;

6.1.3. Os preços ofertados somente serão apreciados se contendo três casas decimais, caso contrário será desprezado o excedente.

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.1.6. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (a) dias, a contar da data de sua apresentação.

SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pela **Pregoeira**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitanet.com.br.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VIII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A **Pregoeira** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO IX – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

9.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante a fase de lances, a **Pregoeira** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.7. Se ocorrer a desconexão da Pregoira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. No caso de a desconexão da Pregoira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.licitanet.com.br.

9.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de no mínimo 0,001 devendo ser observados os intervalos referentes a cada item, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO X – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

10.1.2. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

10.1.4. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

10.15. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO XI – DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a **Pregoeira** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, ou seja, o **preço médio da pesquisa de preços**, e em seus anexos.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

- 12.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 12.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.10.** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando o “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.11.** A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 12.12.** Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.12.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO

- 13.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:
- 13.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- 13.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 13.6.** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.8.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 13.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 13.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.11.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

13.1. Habilitação Jurídica

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e equiparadas nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

13.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

13.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial** expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias antes da entrega das propostas*;
* É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

13.5. Outras Comprovações



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

I - Declaração expressa de que o licitante:

- a) não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- b) não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;
- c) assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- d) dispõe de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

II – Declaração de condição de ME/EPP; **(se for o caso)**

III – Declaração Habilitatória

IV – **Alvará Sanitário** expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante;

V- Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (**AFE**) pelo Ministério da Saúde; (Serão aceitas cópias retiradas do site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como publicação no Diário Oficial da União da empresa participante para o tipo de produto licitado);

VI - Declaração Anticorrupção.

OBS: Conforme disposto no §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 a pregoeira ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

13.13. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pela Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

13.14. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

13.16.A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.17.A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.18.Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.19.A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.22.O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.23. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

remanescentes.

13.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13.25. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

SEÇÃO XIV - DA HABILITAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

14.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

SEÇÃO XV - DOS RECURSOS

15.1. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.3. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

SEÇÃO XVI - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

e trabalhista, nos termos do art. 43,

§1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

SEÇÃO XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XVIII - DA EXECUÇÃO

18.1. Conforme regras constantes do Projeto Básico/Termo de Referência.

SEÇÃO XIX - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Conforme regras constantes do Projeto Básico/Termo de Referência.

SEÇÃO XX - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXI – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

SEÇÃO XXII – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATO

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

SEÇÃO XXIII - DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXV – DA IMPUGNAÇÃO A EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

25.3. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

- 25.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.8.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

SEÇÃO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 26.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 26.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 26.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 26.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.
- 26.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.po.mg.gov.br na aba licitações, www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos/ou obtidos no endereço Praça Dr. Castilho, nº 10, no Centro de Presidente Olegário/MG, CEP: 38.700-900, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.11.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 26.12.** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.
- 26.13.** Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 26.14.** Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 26.15.** A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 26.16.** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 26.17.** As decisões da Pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município no sítio www.po.mg.gov.br na aba Diário Oficial.
- 26.18.** A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

26.19. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Presidente Olegário/MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

26.20. Para atender a seus interesses, o Município de Presidente Olegário poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n. 8.666/93.

26.21. O Município de Presidente Olegário poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, desde que de acordo com a legislação vigente.

26.22. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Olegário/MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência;

ANEXO I - Cópia termo de referência/projeto básico e declarações;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta da Ata;

ANEXO IV – Minuta do Contrato;

Presidente Olegário, 06 de julho de 2022.

Lara Fernandes Rodrigues
Secretaria Municipal de Saúde

Monize Angela de Andrade
Pregoeira Oficial

ANEXO I – CÓPIA TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2022
REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2022

1. DO OBJETO

Registro de preços destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais odontológicos e afins para a Central Odontológica do Município de Presidente Olegário conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais documentações anexas a este Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação
00001	ABRIDOR DE BOCA EM BORRACHA DE SILICONE ADULTO 40X30X20 MM	UN	30	- ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE Á 134°C; - DESENVOLVIDO COM 100% DE SILICONE. - DIMENSÕES: ADULTO: 40 X 30 X 20 MM;
00002	ACIDO PARA RESINA C/03	UN	20	ACIDO PARA RESINA C/03
00003	ADESIVO FOTOPOLIMERIZADO. SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COMO A ACETONA, O QUE FAZ CO	FR	20	ADESIVO FOTOPOLIMERIZADO. SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COMO A ACETONA, O QUE FAZ COM QUE O ADESIVO APRESENTE A MESMA PERFORMANCE DA PRIMEIRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DO FRASCO. CONTÉM PARTÍCULA DE CARGA DE 5NM QUE PROPORCIONA UMA EXCELENTE ADESÃO À DENTINA E AO ESMALTE. EXCLUSIVA TAMPA FLIP TOP: EVITA DESPERDÍCIO E PODE SER MANUSEADA APENAS COM UMA MÃO. FRASCO COM 6g. INDICADO PARA UNIÃO DE RESINAS COMPOSTAS FOTOPOLIMERIZÁVEIS À ESTRUTURA DENTAL, REPARO EM PORCELANA E RESINA, CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. MARCA 3M ESPE OU SIMILAR
00004	AFASTADOR DE LINGUA	PC	20	AFASTADOR DE LINGUA ESPATULA DE MADEIRA PARA ABAIXAMENTO DE LINGUA EM EXAME CLINICO BUCAL PACOTE COM 100 UNIDADES
00005	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES	UN	50	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES ALMOTOLIA 100 ML
00006	AGULHA GENGIVAL CURTA 22X0,3 - 30G	UN	30	AGULHA GENGIVAL CURTA 22X0,3 - 30G
00007	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA USO EXCLUSIVO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ESTÉRIL DE USO ÚNICO APRESENTAÇÃO C	CX	7	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA USO EXCLUSIVO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ESTÉRIL DE USO ÚNICO APRESENTAÇÃO CAIXA COM 100 UND
00008	AGULHA GENGIVAL LONGA 30G, C.100 UND	CX	7	AGULHA GENGIVAL LONGA 30G, C.100 UND
00009	ALAVANCA SELDIN RETA Nº2 ADULTO	UN	15	ALAVANCA SELDIN RETA Nº2 ADULTO
00010	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70%	LT	300	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% COM 1L
00011	ALGODAO ROLETE nº2	PC	200	ROLO DENTAL DE ALGODÃO Nº2 PARA USO ODONTOLÓGICO PACOTE COM

				COM 100 UNIDADES
00012	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO RELATIVO	PC	50	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO RELATIVO Nº 01
00013	ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAINA	CX	200	COM VASO 3% , COM 50 UNIDADES
00014	ANESTESICO TÓPICO BENZOCAINA	UN	20	ANESTESICO TÓPICO PARA USO ODONTOLOGICO POTE COM 12G.
00015	AVENTAL RX PACIENTE ADULTO	UN	2	* Indicado para proteção radiológica do paciente.
00016	AVENTAL RX PACIENTE INFANTIL	UN	1	* INDICADO PARA PROTEÇÃO RADIOLÓGICA DO PACIENTE.
00017	BABADOR ODONTOLOGICO	PC	50	BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTAVAVEL IMPERMEAVEL 30X40 CM PACOTE COM 100 UNIDADES.
00018	BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UN	10	BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR DA MARCA EMITTER. C 3,7V 1400MAH LI-ION 18490 MODELO:18490 PESO: 40 G DESCRIÇÃO BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR BATERIA 18490 LI-ION TENSÃO: 3,7V CAPACIDADE: 1400MAH DIMENSÕES: (DIÂMETRO 18 MM X ALTURA 50 MM) QUÍMICA: LI-ION RECARREGÁVEL COMPATÍVEL COM DIVERSOS MODELOS FOTOPOLIMERIZADOR ARDUINOS VIPER PROJETOS LANTERNA TATICA TODOS PRODUTOS QUE UTILIZAREM BATERIA DE LITHIUM RECARREGAVEL MODELO 18490 / 18500 DIMENSÕES DO PRODUTO DIÂMETRO 18 MM ALTURA 50 MM
00019	BICARBONATO SODIO 250 GRAMAS	UN	30	BICARBONATO SODIO 250 GRAMAS PARA USO ODONTOLÓGICO.
00020	BROCA CARBIDE FG Nº1557	UN	20	
00021	BROCA CARBIDE FG Nº 1558	UN	20	
00022	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA N. 2200	UN	20	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA N. 2200 FF
00023	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO COM FINALIDADE CIRURGICA N 06	UN	20	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA LAMINADA COM FINALIDADE CIRURGICA PARA PEÇA DE MÃO N 06
00024	BROCA FINA PONTA DIAMANTADA AMARELA REF 3195F	UN	50	BROCA FINA PONTA DIAMANTADA AMARELA REF 3195FF
00025	CADEIRA MOCHO	UN	7	CADEIRA MOCHO GIRATÓRIO COM ENCOSTO, COM BASE GIRATÓRIA EM NYLON, COM PISTÃO DE GÁS, QUE OFERECE FACIL REGULAGEM, ESPUMA INJETADA, CAPACIDADE DE CARGA DE 110 KG, ALTURA MAXIMA DO ASSENTO DO CHÃO 53 CM E ALTURA MINIMA DO ASSENTO DO CHAO 42CM.

00026	CAIXA PLASTICA +/- 28 LITROS	UN	20	CAIXA PLASTICA COM TAMPA RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 564x385x201mm. ALTURA MÁXIMA DE 22CM.
00027	CANETA ALTA ROTAÇÃO	UN	3	CANETA ALTA ROTAÇÃO ENCAIXE BORDEN SPRAY: TRIPLO ROTAÇÃO: 400.000 RPM PRESSÃO AR: 35 lbs AUTOCLAVÁVEL: 135° C RUÍDO: 70 dbs ACOMPANHA ÓLEO LUBRIFICANTE 20 ml 01 AGULHA PARA LIMPEZA DO SPRAY GARANTIA 12 MESES.
00028	CANUDO PLÁSTICO TIPO MILK SHAKE	PC	20	CANUDO PLÁSTICO TIPO MILK SHAKE PARA USO COMO BARREIRA BIOLÓGICA PACOTE COM 100 UNIDADES.
00029	CARBONO PARA USO ODONTOLOGICO EM BLOCO	BL	12	CARBONO PARA USO ODONTOLOGICO EM BLOCO
00030	COMPRESSA CIRURGICA DE GAZE ESTERIL	PC	5.000	COMPRESSA CIRURGICA DE GAZE ESTERIL 7,5x7,5CM 100% ALGODÃO, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS 13 FIOS POR CM QUADRADO, DIMENSÃO FECHADA 7,5CMX7,5CM, DIMENSÃO ABERTA 15CMX30CM PACOTE COM 10 UNIDADES, TRAZER AMOSTRA.
00031	COPO DESCARTAVEL 50 ML	PC	30	COPO DESCARTAVEL 50 ML EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.
00032	CREME DENTAL C/ 50gr	UN	8.000	CREME DENTAL 50gr C/ 1500PPM, SABOR MENTA
00033	CREME DENTAL SEM FLUOR	UN	50	CREME DENTAL SEM FLUOR COM O ATIVO XILITOL
00034	CURATIVO ALVEOLAR COM 10GRS	FR	7	CURATIVO ALVEOLAR COM 10GRS
00035	CURETA DE LUCAS Nº 85	UN	12	INSTRUMENTO CIRURGICO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420
00036	DETERGENTE ENZIMATICO COM 5LTS	GL	7	DETERGENTE ENZIMATICO COM 5LTS
00037	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2% COM UM LITRO	FR	14	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2% COM UM LITRO
00038	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%	FR	50	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%
00039	ENVELOPE AUTO SELANTE P/ ESTERELIZAÇÃO 9CMX26CM	CX	80	ENVELOPES AUTO SELANTES COM SISTEMA DE FECHAMENTO POR FITA ADESIVA QUE DISPENSA O USO DE SELADORA TÉRMICA. EMBALAGEM COM 100 ENVELOPES.
00040	ENVELOPE AUTOSELANTE TAMANHO 140 X 290MM	UN	150	ENVELOPE AUTOSELANTE TAMANHO 140 X 290MM COM INDICADOR BIOLÓGICO
00041	ENVELOPE AUTOSELANTE TAMANHO 200 X 330MM	UN	200	ENVELOPE AUTOCOLANTE TAMANHO 200 X 330MM COM INDICADOR BIOLÓGICO
00042	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS	UN	8.000	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS, CERDAS MACIAS
00043	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS	UN	8.000	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS, CERDAS MACIAS

00044	ESPATULA DE TITANIO PARA RESINA Nº4	UN	20	ESPATULA DE TITANIO PARA RESINA Nº 4
00045	ESPELHO BUCAL PLANO	UN	50	ESPELHO BUCAL PLANO Nº5 - UND
00046	EVIDENCIADOR DE PLACAS	UN	20	EVIDENCIADOR DE PLACAS, COMPOSIÇÃO FUCSINA BASICA, FRASCO COM 10 ML.
00047	EXTIRPA NERVO	PC	14	EXTIRPA NERVO INDICADO PARA A REMOÇÃO DE TECIDO VIVO (POLPA) DO INTERIOR DO CANAL. * INSTRUMENTOS FARPADOS. NÃO-ESTERILIZADOS. EXTIRPA NERVOS BRANCO. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM COM 10 UNIDADES
00048	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 1 FURO - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	20	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 1 FURO - PACOTE COM 100 UNIDADES
00049	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 2 FURROS - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	20	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 2 FURROS - PACOTE COM 100 UNIDADES.
00050	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO CX COM 150 FILME	UN	5	INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA-ORAIS (FILME 3X4CM), PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO.
00051	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL CX COM 150 FILME	UN	2	INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA-ORAIS (FILME 3X4CM), PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO.
00052	FIO DE SEDA P/ SUTURA AGULHADO Nº 3-0	UN	40	FIO DE SEDA P/ SUTURA AGULHADO Nº 3-0
00053	FITA PARA AUTOCLAVE	UN	30	FITA DE AUTOCLAVE, CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO A BASE DE CELULOSE. EM UMA DE SUAS FACES, MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXÍDIO DE ZINCO E RESINAS E NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. IDEAL PARA O FECHAMENTO DE PACOTES QUE SERÃO ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVES, FUNCIONA COMO INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO, POIS POSSUI LISTRAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE, QUANDO SUBMETIDAS A ESTERILIZAÇÃO, MUDAM SUA COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. MEDINDO: 19MM X 30M
00054	FIXADOR	UN	40	INDICADO PARA A FIXAÇÃO DA IMAGEM NA PELÍCULA DE FILME EM REVELADORAS MANUAIS. EMBALAGEM COM 1 LT OU 3LT
00055	FLUOR GEL TÓPICO	UN	30	FLUOR GEL TÓPICO SABOR TUTI-FRUTI FRASCO COM 250ML.
00056	FORMOCRESOL - COMPOSIÇÃO : FORMALDEÍDO, ORTO-CRESOL, GLICERINA E ÁLCOOL ETÍLICO 96° . APRESENTAÇÃO: 1	FR	7	FORMOCRESOL - COMPOSIÇÃO : FORMALDEÍDO, ORTO-CRESOL, GLICERINA E ÁLCOOL ETÍLICO 96° . APRESENTAÇÃO: 1X10ML
00057	FOTOPOLIMERIZADOR LED	UN	2	FOTOPOLIMERIZADOR LED

				<p>POTENCIA 1500MW, COMPRIMENTO DE ONDA DE LUZ : 450MMA500MM, BATERIA DE IONS DE LÍTIOS DE ALTA DENSIDADE.</p> <p>POTÊNCIA DO LED: 3 ou 5; SEM FIO, BIVOLT, POSSUI PROTETOR OCULAR, DOCA CARREGADURA, FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA, MANUAL, PONTEIRA FABRICADA EM FIBRA OTICA, 100 COERENTE. TRES MODOS BASICOS DE OPERAÇÃO, COMPRIMENTO DE ONDA (nm): 470 +- 25;</p> <p>POTENCIA DE IRRADIAÇÃO p/ ÁREA (mW/cm²): 1500 +- 50;</p> <p>DIÂMETRO DA CANETA (mm): 25;</p> <p>COMPRIMENTO DA CANETA(mm): 148;</p> <p>PESO LIQUIDO(Kg): 0,600;</p> <p>PESO BRUTO(Kg): 0,760;</p> <p>TEMPO: 60/90 (opcional).</p>
00058	GUARDANAPO PAPEL 23X20 COM 50 UNIDADES	PC	30	GUARDANAPO PAPEL 23X20 COM 50 UNIDADES
00059	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO EMBALAGEM COM 150 UNIDADES	UN	20	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO EMBALAGEM COM 150 UNIDADES
00060	HEMOSTATICO DE COLAGENO HIDROFILIZADO	CX	40	HEMOSTATICO DE COLAGENO HIDROFILIZADO, COM 10
00061	HEMOSTATICO LIQUIDO	UN	15	HEMOSTATICO LIQUIDO - FRASCO 10ml
00062	HIDROXIDO DE CALCIO BASE + CATALISADOR	KT	7	APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE 13G. 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA 11G. 1 BLOCO DE MISTURA.
00063	HIDROXIDO DE CALCIO P.A. COM 10GRS	FR	10	HIDROXIDO DE CALCIO P.A. COM 10GRS
00064	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	14	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.
00065	INDICADOR BIOLÓGICO VAPOR	AP	40	INDICADOR BIOLÓGICO EM AMPOLAS PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR
00066	JALECO DESC. MANGA LONGA PTE C/10 UND	PC	400	JALECO DESC. MANGA LONGA PTE C/10 UND, gramatura 40
00067	KIT IONOMETRO	KT	20	IONOMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZAVEL PARA RESTAURAÇÃO CONTEM 1 FRASCO EM PÓ, 1 FRASCO EM LIQUIDO, E UM MEDIDOR CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO PROCEDENCIA VALIDADE, N° DO LOTE E DO
00068	LAMINA DE BISTURI	UN	10	LAMINA DE BISTURI ODONTOLÓGICA

	ODONTOLOGICA			Nº 12
00069	LUVA PROCEDIMENTO, TAMANHO M	CX	1.000	LUVA M PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.
00070	LUVA CIRURGICA 7,5	PA	200	LUVA CIRURGICA 7,5 ESTERIL
00071	LUVA PARA PROCEDIMENTO EP	CX	122	LUVA EP PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.
00072	LUVA PROCEDIMENTO GRANDE	CX	50	LUVA G PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.
00073	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P	CX	300	LUVA P PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.
00074	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	UN	200	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO - ATOXICA, HIPOALERGENICA, 100% POLIPROPILENO, NAO ESTERIL, NAO INFLAMAVEL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LATEX, USO UNICO.
00075	MATRIZ DE AÇO 5MM	UN	14	MATRIZ DE AÇO 0,05MM x 5MM, COM 0,5 MT DE COMPRIMENTO.
00076	MATRIZ DE AÇO 7MM	UN	14	MATRIZ DE AÇO MATRIZ DE AÇO 0,05MM x 7MM, COM 0,5 MT DE COMPRIMENTO.
00077	MICROAPLICADOR DESCARTAVEL CAIXA COM 100UNIDADES	PC	40	MICROAPLICADOR DESCARTAVEL TIPO BRUSH CAIXA COM 100UNIDADES
00078	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES EM POLICARBON	UN	30	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES EM POLICARBONATO, ASTES DO TIPO ESPÁTULA, POSSUI VENDAS PARA VENTILAÇÃO.
00079	OLEO LUBRIFICANTE PARA CANETA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - 200ML	UN	50	OLEO LUBRIFICANTE PARA CANETA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - 200ML
00080	OTOSPORIM-SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000	FR	7	OTOSPORIM-SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000
00081	PAPEL GRAU CIRURGICO AUTO SELANTE TAMANHO 90MMX160MM	UN	80	PAPEL GRAU CIRURGICO AUTO SELANTE TAMANHO 90MMX160MM
00082	PAPEL TOALHA	PC	400	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO

	INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS			BRANCO 1000FLS
00083	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML	FR	7	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML
00084	PASTA PROFILÁTICA S/ ÓLEO 90 G	UN	15	PASTA PROFILÁTICA S/ ÓLEO 90 G
00085	PEDRA POMES FINA	UN	7	PEDRA POMES FINA. MATERIAL DE ACABAMENTO E POLIMENTO. INDICADO PARA LIMPEZA E POLIMENTO DO ESMALTE DENTÁRIO, OURO COESIVO, AMÁLGAMA E RESINA ACRÍLICA. APRESENTAÇÃO FRASCO COM 100 GRAMAS.
00086	PINÇA PORTA AGULHA	UN	12	PINÇA PORTA AGULHA , AÇO INOXIDAVEL 14 CM
00087	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1011	UN	40	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1011
00088	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1111	UN	40	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1111
00089	PONTA PARA ACABAMENTO ENHANCE, FORMATO CHAMA COM APRESENTAÇÃO DE KIT COM 7 UNIDADES	UN	30	PONTA PARA ACABAMENTO ENHANCE, FORMATO CHAMA COM APRESENTAÇÃO DE KIT COM 7 UNIDADES
00090	PONTA PEDRA ARKANSÁ BRANCA FORMA DE CHAMA ALTA ROTAÇÃO	UN	30	PONTA PEDRA ARKANSÁ BRANCA FORMA DE CHAMA ALTA ROTAÇÃO
00091	RESINA A1	UN	7	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A1, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.
00092	RESINA A2	UN	10	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A2, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.
00093	RESINA A3	UN	40	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A3, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.
00094	RESINA A4 04 GRAMAS	UN	7	RESINA A4 04 GRAMAS, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA,

				CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.
00095	RESINA COMPOSTA COR OA2	UN	7	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA COR OA2
00096	RESINA COMPOSTA COR OA3	UN	7	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA COR OA3
00097	RESTAURADOR INTERMEDIARIO PARA RESTAURAÇÃO TEMPORARIA DE LONGA DURAÇÃO	KT	10	RESTAURADOR INTERMEDIARIO PARA RESTAURAÇÃO TEMPORARIA DE LONGA DURAÇÃO EMBALAGEM COM PÓ 38G E LIQUIDO 15 ML
00098	REVELADOR	UN	40	DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE REVELAÇÃO DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA-ORAI. EMBALAGEM COM 1 LT OU 3LT
00099	ROLO BOBINA PLASTICO DE FILME PVC 28CM X 300M	UN	14	ROLO BOBINA PLASTICO DE FILME PVC 28CM X 300M
00100	SACO PARA REFRESCO C/ 100 UNIDADES	PC	550	SACO PARA REFRESCO C/ 100 UNIDADES, MEDINDO 30 X 5 CM
00101	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL	UN	14	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL,SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS,COM 2 FONTES DE FLÚOR-COR MATIZADA COM 15G.
00102	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	20	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL CAIXA COM 40 UNIDADES
00103	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS CURVA 12CM	UN	20	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS CURVA 12CM
00104	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS RETA 12CM	UN	20	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS RETA 12CM
00105	TOALHA DE ROSTO MEDIDA 50X80 FELPUDA	UN	50	TOALHA DE ROSTO MEDIDA 50X80 FELPUDA, NA COR BRANCA
00106	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES	PC	80	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES
00107	VASELINA SOLIDA BRANCA	BD	15	VASELINA SOLIDA BRANCA
00108	VERNIZ DE FLÚOR EMBALAGEM COM 10ML + SOLVENTE COM 10ML.	FR	7	VERNIZ DE FLÚOR EMBALAGEM COM 10ML + SOLVENTE COM 10ML. FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO E PROFILAXIA DA CÁRIE DENTAL. TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS. PARA USO NAS SUPERFÍCIES DENTÁRIAS DESCALCIFICADAS E FISSURAS DESCOLORADAS. COMO MÉTODO PREVENTIVO DA CÁRIE. TÊM A CAPACIDADE DE AUMENTAR A RESISTÊNCIA DO ESMALTE E PROMOVER A SUA REMINERALIZAÇÃO
00109	VISEIRA TRANSPARENTE DE PROTEÇÃO	UN	30	VISEIRA TRANSPARENTE DE PROTEÇÃO, lente de policarbonato, altura da lente 24 cm, largura da lente 28 cm, possui elástico para ajuste da viseira, de facil higienização e conforto.

1.1. O objeto da licitação tem a natureza de compras comuns.

1.2. A presente contratação adotará como critério de julgamento o Menor Preço – Item.

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada e ainda é vedado o reequilíbrio econômico financeiro.

1.4. O saldo remanescente de cada ata poderá ser vinculado a Contrato possibilitando as prescrições dos artigos 57 e 65 da Lei 8.666/93

1.5. A licitação, verificada a vantajosidade para administração pública possuirá ampla concorrência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a presente contratação para manutenção das atividades realizadas nas Unidades Básicas de Saúde para manutenção do serviço de odontologia sob responsabilidade deste município, pois o atendimento odontológico gratuito é oferecido para garantir saúde preventiva e corretiva, com qualidade, à população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Memorando, abrange a aquisição de materiais de odontológicas uma vez que o serviço à população é constante.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de compras comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Nos termos do disposto no art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, os produtos a serem adquiridos são considerados compras comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

5.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

5.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;

5.4. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

5.5. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos materiais;

5.6. Efetuar as entregas dos materiais, objeto da Autorização de Fornecimento, as entregas, a critério da Contratante, poderão ser parceladas de acordo com a programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 08 (oito) dias consecutivos contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras;

5.7. Os materiais que vierem com defeito grave de fabricação e não atenderem às exigências do contrato serão devolvidas e a Contratada os substituirão imediatamente, sem nenhum ônus para o Contratante;

5.8. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão, durante toda a execução do contrato;

5.9. Efetuar a entrega dos materiais no local a ser determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, na cidade de Presidente Olegário, conforme definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

5.10. Arcar integralmente com os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos materiais, que deverão ser entregues no endereço citado na NAF.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O Licitante vencedor do certame se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais, conforme objeto do presente Edital, devendo a efetiva entrega ocorrer **de forma parcelada** em até **8 (oito) dias consecutivos** após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;
- 6.2. A entrega dos materiais deverá ser no seguinte endereço:
- **Central da Odontologia:** Rua Tereza do Rufino nº224, bairro Planalto, Presidente Olegário-MG.
- 6.3. A entrega não efetuada, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes;
- 3.1. Ao participar deste certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no ANEXO I para apurar o recebimento de NAF;**
- 3.2.** Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos;
- 3.3.** Após transcorridos 20 dias consecutivos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.
- 6.4. Não será admitida em hipótese alguma a entrega de materiais danificados, sob pena suspensão do fornecimento e demais medidas legais.
- 6.5. Os materiais, mesmo entregues e aceitos, ficarão sujeitos à substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, que comprometam a integridade do produto;
- 6.6. Os produtos, no ato da entrega, deverão possuir validade 80% de vida útil.**
- 6.7. O licitante deverá se responsabilizar pelos materiais que forem resguardados pela garantia do fornecedor.
- 6.8. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.**

Além de todas as normas que regulamentam os produtos, a contratada deverá:

- 6.9. Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário sem ônus ao município;
- 6.10. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação;
- 6.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- 6.12. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título;
- 6.13. Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição;
- 6.14. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, conforme cronograma de plantões apresentadas e ratificadas pelo fiscal do contrato.
- 7.5. Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados;
- 7.6. Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência;
- 7.7. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A entrega deverá ser executada com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

9.1.1 A entrega será aceita após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato bem como a quantidade efetiva de plantões, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

9.2. Dos Atores da Gestão do Contrato

9.2.1. O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

9.3. Mecanismos de comunicação

9.3.1 Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega realizado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o objeto contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

11.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do

contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

12. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.1. Habilitação Jurídica

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e equiparadas nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

12.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial** expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias antes da entrega das propostas*;
* É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

12.6. Outras Comprovações

I - Declaração expressa de que o licitante:

- a) não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- b) não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;
- c) assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- d) dispõe de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

II – Declaração de condição de ME/EPP; (**se for o caso**)

III – Declaração Habilitatória

IV – **Alvará Sanitário** expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante;

V- Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (**AFE**) pelo Ministério da Saúde; (Serão aceitas cópias retiradas do site da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como publicação no Diário Oficial da União da empresa participante para o tipo de produto licitado);

VI - Declaração Anticorrupção.

OBS: Conforme disposto no §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 a pregoeira ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

13. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado pelo Município em até 15 (quinze) dias após a apresentação de documento fiscal correspondente a entrega realizada, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o aceite dado pela secretaria requisitante.

2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

3. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

5. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior da aquisição prestados, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda, a manter regularmente em dia, sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Presidente Olegário.

7. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

8. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pelo recebimento dos produtos, que somente liberará a referida nota fiscal para pagamento após atestar a execução.

9. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

10. Somente serão efetuados os pagamentos às notas fiscais eletrônicas (NFe), de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ.

11. Por se tratar de registro de preços, onde a administração não possui previsão correta da aquisição, as dotações orçamentárias serão proferidas em cada autorização de fornecimento.



14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO – EM CASO DE VINCULAÇÃO DO SALDO DA ATAA CONTRATO DE FORNECIMENTO.

14.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Poderá ser concedida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.4. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.2. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput.

15.3. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

15.5. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

15.6. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

15.7. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS:



16.1. A Secretaria requisitante reserva para si o direito de não aceitar produtos em desacordo com o previsto neste termo ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.

Dou ciência que o objeto do Termo de Referência e que os elementos elencados são suficientes para a contratação preterida.

Talitta Gonçalves Cunha Silva
Fiscal do Contrato

Dou ciência que o presente Termo de Referência obedece às normas legais e os aspectos administrativos, declaro ainda que verifiquei a disponibilidade financeira e orçamentária junto a contabilidade.

Lara Fernandes Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Contrato



DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA

A empresa _____, CNPJ _____ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

_____, _____ de 2022.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____ - _____DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

_____, _____ de 2022.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____ e RG _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

(___) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: *Declaração a ser emitida em papel timbrado, ou em papel simples, com carimbo da empresa, ou outra forma que identifique o proponente.



DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

_____, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

_____/____, ____ de _____ 2022.

CONTRATADA



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2022
REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

CEP: _____ - _____

Cidade:

Estado:

Telefone :

e-mail :

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (QUALQUER BANCO / “PREFERENCIALMENTE” BANCO DO BRASIL):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Endereço:

CEP:

Identidade:

Órgão expedidor/UF:

Data de

Expedição: Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail:

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0021-40
Tel.: (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br – licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2022
REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
00001	ABRIDOR DE BOCA EM BORRACHA DE SILICONE ADULTO 40X30X20 MM	UN	30	- ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE À 134°C; - DESENVOLVIDO COM 100% DE SILICONE. - DIMENSÕES: ADULTO: 40 X 30 X 20 MM;		
00002	ACIDO PARA RESINA C/03	UN	20	ACIDO PARA RESINA C/03		
00003	ADESIVO FOTOPOLIMERIZADO. SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COMO A ACETONA, O QUE FAZ CO	FR	20	ADESIVO FOTOPOLIMERIZADO. SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COMO A ACETONA, O QUE FAZ COM QUE O ADESIVO APRESENTE A MESMA PERFORMANCE DA PRIMEIRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DO FRASCO. CONTÉM PARTÍCULA DE CARGA DE 5NM QUE PROPORCIONA UMA EXCELENTE ADESÃO À DENTINA E AO ESMALTE. EXCLUSIVA TAMPA FLIP TOP:		

				EVITA DESPERDÍCIO E PODE SER MANUSEADA APENAS COM UMA MÃO. FRASCO COM 6g. INDICADO PARA UNIÃO DE RESINAS COMPOSTAS FOTOPOLIMERIZÁVEIS À ESTRUTURA DENTAL, REPARO EM PORCELANA E RESINA, CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. MARCA 3M ESPE OU SIMILAR		
00004	AFASTADOR DE LINGUA	PC	20	AFASTADOR DE LINGUA ESPATULA DE MADEIRA PARA ABAIXAMENTO DE LINGUA EM EXAME CLINICO BUCAL PACOTE COM 100 UNIDADES		
00005	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES	UN	50	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES ALMOTOLIA 100 ML		
00006	AGULHA GENGIVAL CURTA 22X0,3 - 30G	UN	30	AGULHA GENGIVAL CURTA 22X0,3 - 30G		
00007	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA USO EXCLUSIVO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ESTÉRIL DE USO ÚNICO APRESENTAÇÃO C	CX	7	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA USO EXCLUSIVO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ESTÉRIL DE USO ÚNICO APRESENTAÇÃO CAIXA COM 100 UND		
00008	AGULHA GENGIVAL LONGA 30G, C.100 UND	CX	7	AGULHA GENGIVAL LONGA 30G, C.100 UND		
00009	ALAVANCA SELDIN RETA Nº2 ADULTO	UN	15	ALAVANCA SELDIN RETA Nº2 ADULTO		
00010	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70%	LT	300	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% COM 1L		

00011	ALGODAO ROLETE n°2	PC	200	ROLO DENTAL DE ALGODÃO N°2 PARA USO ODONTOLÓGICO PACOTE COM COM 100 UNIDADES		
00012	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO RELATIVO	PC	50	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO RELATIVO N° 01		
00013	ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAINA	CX	200	COM VASO 3% , COM 50 UNIDADES		
00014	ANESTESICO TÓPICO BENZOCAINA	UN	20	ANESTESICO TÓPICO PARA USO ODONTOLOGICO POTE COM 12G.		
00015	AVENTAL RX PACIENTE ADULTO	UN	2	* Indicado para proteção radiológica do paciente.		
00016	AVENTAL RX PACIENTE INFANTIL	UN	1	* INDICADO PARA PROTEÇÃO RADIOLÓGICA DO PACIENTE.		
00017	BABADOR ODONTOLOGICO	PC	50	BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTAVAEEL IMPERMEAVEL 30X40 CM PACOTE COM 100 UNIDADES.		
00018	BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UN	10	BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR DA MARCA EMITTER. C 3,7V 1400MAH LI-ION 18490 MODELO:18490 PESO: 40 G DESCRIÇÃO BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR BATERIA 18490 LI-ION TENSÃO: 3,7V CAPACIDADE: 1400MAH DIMENSÕES: (DIÂMETRO 18 MM X ALTURA 50 MM) QUÍMICA: LI-ION RECARREGÁVEL		

				COMPATÍVEL COM DIVERSOS MODELOS FOTOPOLIMERIZADOR ARDUINOS VIPER PROJETOS LANTERNA TÁTICA TODOS PRODUTOS QUE UTILIZAREM BATERIA DE LITHIUM RECARREGAVEL MODELO 18490 / 18500 DIMENSÕES DO PRODUTO DIÂMETRO 18 MM ALTURA 50 MM		
00019	BICARBONATO SODIO 250 GRAMAS	UN	30	BICARBONATO SODIO 250 GRAMAS PARA USO ODONTOLÓGICO.		
00020	BROCA CARBIDE FG Nº1557	UN	20			
00021	BROCA CARBIDE FG Nº 1558	UN	20			
00022	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA N. 2200	UN	20	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA N. 2200 FF		
00023	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO COM FINALIDADE CIRURGICA N 06	UN	20	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA LAMINADA COM FINALIDADE CIRURGICA PARA PEÇA DE MÃO N 06		
00024	BROCA FINA PONTA DIAMANTADA AMARELA REF 3195F	UN	50	BROCA FINA PONTA DIAMANTADA AMARELA REF 3195FF		
00025	CADEIRA MOCHO	UN	7	CADEIRA MOCHO GIRATÓRIO COM ENCOSTO, COM BASE GIRATÓRIA EM NYLON, COM		

				PISTÃO DE GÁS, QUE OFERECE FACIL REGULAGEM, ESPUMA INJETADA, CAPACIDADE DE CARGA DE 110 KG, ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO DO CHÃO 53 CM E ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO DO CHÃO 42CM.		
00026	CAIXA PLÁSTICA +/- 28 LITROS	UN	20	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA RESISTENTE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 564x385x201mm. ALTURA MÁXIMA DE 22CM.		
00027	CANETA ALTA ROTAÇÃO	UN	3	CANETA ALTA ROTAÇÃO ENCAIXE BORDEN SPRAY: TRIPLO ROTAÇÃO: 400.000 RPM PRESSÃO AR: 35 Ibs AUTOCLAVÁVEL: 135° C RÚIDO: 70 dbS ACOMPANHA ÓLEO LUBRIFICANTE 20 ml 01 AGULHA PARA LIMPEZA DO SPRAY GARANTIA 12 MESES.		
00028	CANUDO PLÁSTICO TIPO MILK SHAKE	PC	20	CANUDO PLÁSTICO TIPO MILK SHAKE PARA USO COMO BARREIRA BIOLÓGICA PACOTE COM 100 UNIDADES.		
00029	CARBONO PARA USO ODONTOLÓGICO EM BLOCO	BL	12	CARBONO PARA USO ODONTOLÓGICO EM BLOCO		
00030	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE ESTERIL	PC	5.000	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE ESTERIL 7,5x7,5CM 100%		

				ALGODÃO, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS 13 FIOS POR CM QUADRADO, DIMENSÃO FECHADA 7,5CMX7,5CM, DIMENSÃO ABERTA 15CMX30CM PACOTE COM 10 UNIDADES, TRAZER AMOSTRA.		
00031	COPO DESCARTAVEL 50 ML	PC	30	COPO DESCARTAVEL 50 ML EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.		
00032	CREME DENTAL C/ 50gr	UN	8.000	CREME DENTAL 50gr C/ 1500PPM, SABOR MENTA		
00033	CREME DENTAL SEM FLUOR	UN	50	CREME DENTAL SEM FLUOR COM O ATIVO XILITOL		
00034	CURATIVO ALVEOLAR COM 10GRS	FR	7	CURATIVO ALVEOLAR COM 10GRS		
00035	CURETA DE LUCAS Nº 85	UN	12	INSTRUMENTO CIRURGICO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420		
00036	DETERGENTE ENZIMATICO COM 5LTS	GL	7	DETERGENTE ENZIMATICO COM 5LTS		
00037	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2% COM UM LITRO	FR	14	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2% COM UM LITRO		
00038	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%	FR	50	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12%		
00039	ENVELOPE AUTO SELANTE P/ ESTERELIZAÇÃO 9CMX26CM	CX	80	ENVELOPES AUTO SELANTES COM SISTEMA DE FECHAMENTO POR FITA ADESIVA QUE DISPENSA O USO DE SELADORA TÉRMICA. EMBALAGEM COM 100 ENVELOPES.		
00040	ENVELOPE	UN	150	ENVELOPE AUTOSELANTE		

	AUTOSELANTE TAMANHO 140 X 290MM			TAMANHO 140 X 290MM COM INDICADOR BIOLÓGICO		
00041	ENVELOPE AUTOSELANTE TAMANHO 200 X 330MM	UN	200	ENVELOPE AUTOCOLANTE TAMANHO 200 X 330MM COM INDICADOR BIOLÓGICO		
00042	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS	UN	8.000	ESCOVA DENTAL ADULTO 4 FILEIRAS, CERDAS MACIAS		
00043	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS	UN	8.000	ESCOVA DENTAL INFANTIL 4 FILEIRAS, CERDAS MACIAS		
00044	ESPATULA DE TITANIO PARA RESINA Nº4	UN	20	ESPATULA DE TITANIO PARA RESINA Nº 4		
00045	ESPELHO BUCAL PLANO	UN	50	ESPELHO BUCAL PLANO Nº5 - UND		
00046	EVIDENCIADOR DE PLACAS	UN	20	EVIDENCIADOR DE PLACAS, COMPOSIÇÃO FUCSINA BASICA, FRASCO COM 10 ML.		
00047	EXTIRPA NERVO	PC	14	EXTIRPA NERVO INDICADO PARA A REMOÇÃO DE TECIDO VIVO (POLPA) DO INTERIOR DO CANAL. * INSTRUMENTOS FARPADOS. NÃO- ESTERILIZADOS. EXTIRPA NERVOS BRANCO. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM COM 10 UNIDADES		
00048	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 1 FURO - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	20	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 1 FURO - PACOTE COM 100 UNIDADES		
00049	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 2 FUIROS - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	20	FICHA PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO 2 FUIROS - PACOTE COM 100 UNIDADES.		

00050	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO CX COM 150 FILME	UN	5	INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA-ORAIS (FILME 3X4CM), PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO.		
00051	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL CX COM 150 FILME	UN	2	INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA-ORAIS (FILME 3X4CM), PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO.		
00052	FIO DE SEDA P/ SUTURA AGULHADO Nº 3-0	UN	40	FIO DE SEDA P/ SUTURA AGULHADO Nº 3-0		
00053	FITA PARA AUTOCLAVE	UN	30	FITA DE AUTOCLAVE, CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO A BASE DE CELULOSE. EM UMA DE SUAS FACES, MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINAS E NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRILICA. IDEAL PARA O FECHAMENTO DE PACOTES QUE SERÃO ESTERELIZADOS EM AUTOCLAVES, FUNCIONA COMO INDICADORA DE ESTERELIZAÇÃO, POIS POSSUI LISTRAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE, QUANDO SUBMETIDAS A ESTERILIZAÇÃO, MUDAM SUA COLORAÇÃO DE BRANCO PARA		

				PRETO.MEDINDO: 19MM X 30M		
00054	FIXADOR	UN	40	INDICADO PARA A FIXAÇÃO DA IMAGEM NA PELÍCULA DE FILME EM REVELADORAS MANUAIS. EMBALAGEM COM 1 LT OU 3LT		
00055	FLUOR GEL TÓPICO	UN	30	FLUOR GEL TÓPICO SABOR TUTI-FRUTI FRASCO COM 250ML.		
00056	FORMOCRESOL - COMPOSIÇÃO :FORMALDEÍDO, ORTO-CRESOL, GLICERINA E ÁLCOOL ETÍLICO 96° . APRESENTAÇÃO: 1	FR	7	FORMOCRESOL - COMPOSIÇÃO :FORMALDEÍDO, ORTO-CRESOL, GLICERINA E ÁLCOOL ETÍLICO 96° . APRESENTAÇÃO: 1X10ML		
00057	FOTOPOLIMERIZADOR LED	UN	2	FOTOPOLIMERIZADOR LED POTENCIA 1500MW, COMPRIMENTO DE ONDA DE LUZ : 450MMA500MM, BATERIA DE IONS DE LÍTIOS DE ALTA DENSIDADE. POTÊNCIA DO LED: 3 ou 5; SEM FIO, BIVOLT, POSSUI PROTETOR OCULAR, DOCA CARREGADURA, FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA, MANUAL, PONTEIRA FABRICADA EM FIBRA OTICA, 100 COERENTE. TRES MODOS BASICOS DE OPERAÇÃO, COMPRIMENTO DE ONDA (nm): 470 +- 25; POTENCIA DE IRRADIAÇÃO p/ ÁREA (mW/cm²): 1500 +- 50; DIÂMETRO DA CANETA (mm): 25; COMPRIMENTO DA CANETA(mm):		

				148; PESO LIQUIDO(Kg): 0,600; PESO BRUTO(Kg): 0,760; TEMPO: 60/90 (opcional).		
00058	GUARDANAPO PAPEL 23X20 COM 50 UNIDADES	PC	30	GUARDANAPO PAPEL 23X20 COM 50 UNIDADES		
00059	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO EMBALAGEM COM 150 UNIDADES	UN	20	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO EMBALAGEM COM 150 UNIDADES		
00060	HEMOSTATICO DE COLAGENO HIDROFILIZADO	CX	40	HEMOSTATICO DE COLAGENO HIDROFILIZADO, COM 10		
00061	HEMOSTATICO LIQUIDO	UN	15	HEMOSTATICO LIQUIDO - FRASCO 10ml		
00062	HIDROXIDO DE CALCIO BASE + CATALISADOR	KT	7	APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE 13G. 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA 11G. 1 BLOCO DE MISTURA.		
00063	HIDROXIDO DE CALCIO P.A. COM 10GRS	FR	10	HIDROXIDO DE CALCIO P.A. COM 10GRS		
00064	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	14	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE.		

				APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.		
00065	INDICADOR BIOLÓGICO VAPOR	AP	40	INDICADOR BIOLÓGICO EM AMPOLAS PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR		
00066	JALECO DESC. MANGA LONGA PTE C/10 UND	PC	400	JALECO DESC. MANGA LONGA PTE C/10 UND, gramatura 40		
00067	KIT IONOMETRO	KT	20	IONOMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZAVEL PARA RESTAURAÇÃO CONTEM 1 FRASCO EM PÓ, 1 FRASCO EM LIQUIDO, E UM MEDIDOR CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO PROCEDENCIA VALIDADE, Nº DO LOTE E DO		
00068	LAMINA DE BISTURI ODONTOLOGICA	UN	10	LAMINA DE BISTURI ODONTOLOGICA Nº 12		
00069	LUVA PROCEDIMENTO, TAMANHO M	CX	1.000	LUVA M PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.		
00070	LUVA CIRURGICA 7,5	PA	200	LUVA CIRURGICA 7,5 ESTERIL		
00071	LUVA PARA PROCEDIMENTO EP	CX	122	LUVA EP PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM		

				TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.		
00072	LUVA PROCEDIMENTO GRANDE	CX	50	LUVA G PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25CM. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.		
00073	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P	CX	300	LUVA P PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM TALCO. TEXTURA UNIFORME AMBIDESTRA COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO. CAIXA PEQUENA COM 50 PARES.		
00074	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	UN	200	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO - ATOXICA, HIPOALERGENICA, 100% POLIPROPILENO, NAO ESTERIL, NAO INFLAMAVEL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LATEX, USO UNICO.		

00075	MATRIZ DE AÇO 5MM	UN	14	MATRIZ DE AÇO 0,05MM x 5MM, COM 0,5 MT DE COMPRIMENTO.		
00076	MATRIZ DE AÇO 7MM	UN	14	MATRIZ DE AÇO MATRIZ DE AÇO 0,05MM x 7MM, COM 0,5 MT DE COMPRIMENTO.		
00077	MICROAPLICADOR DESCARTAVEL CAIXA COM 100UNIDADES	PC	40	MICROAPLICADOR DESCARTAVEL TIPO BRUSH CAIXA COM 100UNIDADES		
00078	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES EM POLICARBON	UN	30	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES EM POLICARBONATO, ASTES DO TIPO ESPÁTULA, POSSUI VENDAS PARA VENTILAÇÃO.		
00079	OLEO LUBRIFICANTE PARA CANETA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - 200ML	UN	50	OLEO LUBRIFICANTE PARA CANETA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - 200ML		
00080	OTOSPORIM-SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000	FR	7	OTOSPORIM-SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000		
00081	PAPEL GRAU CIRURGICO AUTO SELANTE TAMANHO 90MMX160MM	UN	80	PAPEL GRAU CIRURGICO AUTO SELANTE TAMANHO 90MMX160MM		
00082	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS	PC	400	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 1000FLS		
00083	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML	FR	7	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML		
00084	PASTA PROFILÁTICA S/ ÓLEO 90 G	UN	15	PASTA PROFILÁTICA S/ ÓLEO 90 G		
00085	PEDRA POMES FINA	UN	7	PEDRA POMES FINA. MATERIAL DE ACABAMENTO E POLIMENTO. INDICADO PARA LIMPEZA E POLIMENTO DO ESMALTE DENTÁRIO, OURO COESIVO, AMÁLGAMA E RESINA ACRÍLICA.		

				APRESENTAÇÃO FRASCO COM 100 GRAMAS.		
00086	PINÇA PORTA AGULHA	UN	12	PINÇA PORTA AGULHA , AÇO INOXIDAVEL 14 CM		
00087	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1011	UN	40	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1011		
00088	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1111	UN	40	PONTA DIAMANTADA FG ESFERICA ALTA ROTAÇÃO 1111		
00089	PONTA PARA ACABAMENTO ENHANCE, FORMATO CHAMA COM APRESENTAÇÃO DE KIT COM 7 UNIDADES	UN	30	PONTA PARA ACABAMENTO ENHANCE, FORMATO CHAMA COM APRESENTAÇÃO DE KIT COM 7 UNIDADES		
00090	PONTA PEDRA ARKANSÁ BRANCA FORMA DE CHAMA ALTA ROTAÇÃO	UN	30	PONTA PEDRA ARKANSÁ BRANCA FORMA DE CHAMA ALTA ROTAÇÃO		
00091	RESINA A1	UN	7	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A1, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.		
00092	RESINA A2	UN	10	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A2, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA,		

				BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.		
00093	RESINA A3	UN	40	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL A3, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.		
00094	RESINA A4 04 GRAMAS	UN	7	RESINA A4 04 GRAMAS, PREENCHIMENTO 2,5 MM , COMPOSIÇÃO BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO, GLICOL, DIETER, DIMETACRILATO, UDMA, CERAMICA SILANIZADA TRATADA, SILICA TRATADA D SILANO, SISTEMA DE CORES OTIMIZADO.		
00095	RESINA COMPOSTA COR OA2	UN	7	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA COR OA2		
00096	RESINA COMPOSTA COR OA3	UN	7	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULADA COR OA3		
00097	RESTAURADOR	KT	10	RESTAURADOR INTERMEDIARIO		

	INTERMEDIARIO PARA RESTAURAÇÃO TEMPORARIA DE LONGA DURAÇÃO			PARA RESTAURAÇÃO TEMPORARIA DE LONGA DURAÇÃO EMBALAGEM COM PÓ 38G E LIQUIDO 15 ML		
00098	REVELADOR	UN	40	DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE REVELAÇÃO DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA-ORAIS. EMBALAGEM COM 1 LT OU 3LT		
00099	ROLO BOBINA PLASTICO DE FILME PVC 28CM X 300M	UN	14	ROLO BOBINA PLASTICO DE FILME PVC 28CM X 300M		
00100	SACO PARA REFRESCO C/ 100 UNIDADES	PC	550	SACO PARA REFRESCO C/ 100 UNIDADES, MEDINDO 30 X 5 CM		
00101	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL	UN	14	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL,SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS,COM 2 FONTES DE FLÚOR-COR MATIZADA COM 15G.		
00102	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	20	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL CAIXA COM 40 UNIDADES		
00103	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS CURVA 12CM	UN	20	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS CURVA 12CM		
00104	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS RETA 12CM	UN	20	TESOURA EM AÇO INOX, IRIS RETA 12CM		
00105	TOALHA DE ROSTO MEDIDA 50X80 FELPUDA	UN	50	TOALHA DE ROSTO MEDIDA 50X80 FELPUDA, NA COR BRANCA		
00106	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT -	PC	80	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100		

	COM 100 UNIDADES			UNIDADES		
00107	VASELINA SOLIDA BRANCA	BD	15	VASELINA SOLIDA BRANCA		
00108	VERNIZ DE FLÚOR EMBALAGEM COM 10ML + SOLVENTE COM 10ML.	FR	7	VERNIZ DE FLÚOR EMBALAGEM COM 10ML + SOLVENTE COM 10ML. FLUORETAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO E PROFILAXIA DA CÁRIE DENTAL. TRATAMENTO DESSENSIBILIZANTE DE COLOS DENTINÁRIOS. PARA USO NAS SUPERFÍCIES DENTÁRIAS DESCALCIFICADAS E FISSURAS DESCOLORADAS. COMO MÉTODO PREVENTIVO DA CÁRIE. TÊM A CAPACIDADE DE AUMENTAR A RESISTÊNCIA DO ESMALTE E PROMOVER A SUA REMINERALIZAÇÃO		
00109	WISEIRA TRANSPARENTE DE PROTEÇÃO	UN	30	WISEIRA TRANSPARENTE DE PROTEÇÃO, lente de policarbonato, altura da lente 24 cm, largura da lente 28 cm, possui elástico para ajuste da viseira, de facil higienização e conforto.		

ALERTA aos licitantes sobre o Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 349/18 com o seguinte teor: “Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela Administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar.”

Validade da Proposta: mínimo 60 dias

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ Data ____/____/____



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0/2022

Processo Licitatório nº.: 108/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: 033/2022

Procedimento: Registro de Preços nº.: 024/2022

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Talitta Gonçalves Cunha Silva

Gestora da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes Rodrigues

Aprovado

Procurador (a) Municipal

Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86 e Carteira de Identidade RG: MG7691864, residente e domiciliado na Rua

Antônio Pereira de Araújo, 271, Dona Benta, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. ____/____-____ situada _____, ____/UF, CEP, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ e RG nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, sob a regência das Leis Municipais vigentes, Leis Federais nºs. 8.666/93, 10.520/2002, e Decretos Municipais e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre do Processo Licitatório nº. 108/2022 por meio do Pregão Eletrônico nº. 033/2022 pelo procedimento de REGISTRO DE PREÇOS 024/2022.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório correspondente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DAS SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente é o **Registro de preços destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais odontológicos e afins para a Central Odontológica do Município de Presidente Olegário.**

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes Rodrigues

Fiscal: Talitta Gonçalves Cunha Silva e Kedima dos Reis Ribeiro

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do CONTRATANTE:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b)** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c)** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d)** Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, conforme cronograma de plantões apresentadas e ratificadas pelo fiscal do contrato.



- e) Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados;
- f) Efetuar o pagamento conforme especificado no Termo de Referência;
- g) Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário sem ônus ao município;
- b) Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação;
- c) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- d) Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título;
- e) Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. A presente ata de registro de preços tem o seu valor com o total de **R\$ _____**, *.(planilha de custos).*
- 4.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.
- 4.3. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.
- 4.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
 - 4.4.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
- 4.5. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).
- 4.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 4.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.
- 4.8. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 5.1. Os valores não sofrerão qualquer reajuste no período de vigência desta ata.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1 Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2022, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no §2º do Art. 7º do Decreto Federal 7.892/13.
- 6.2 A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2022 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a contar da data de sua assinatura, findando em ___ de _____, de 2022.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO

8.1. O Licitante vencedor do certame se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais, conforme objeto do presente Edital, devendo a efetiva entrega ocorrer de forma parcelada em até 8 (oito) dias consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

8.2. A entrega dos materiais deverá ser no seguinte endereço:

- Central da Odontologia: Rua Tereza do Rufino nº224, bairro Planalto, Presidente Olegário-MG.

8.3. A entrega não efetuada, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes;

8.1. Ao participar deste certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no ANEXO I para apurar o recebimento de NAF;

8.2. Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos;

8.3. Após transcorridos 20 dias consecutivos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.

8.4. Não será admitida em hipótese alguma a entrega de materiais danificados, sob pena suspensão do fornecimento e demais medidas legais.

8.5. Os materiais, mesmo entregues e aceitos, ficarão sujeitos à substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, que comprometam a integridade do produto;

8.6. Os produtos, no ato da entrega, deverão possuir validade 80% de vida útil.

8.7. O licitante deverá se responsabilizar pelos materiais que forem resguardados pela garantia do fornecedor.

8.8. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

9.2. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput.

9.3. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

9.4. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

9.5. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

9.6. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco)



dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

9.7. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto desta licitação deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

O objeto será aceito após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Dos Atores da Gestão do Contrato

O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

Mecanismos de comunicação

Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:



III– Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

IV – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ___ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
RHENYS DA SILVA CAMBRAIA
Prefeito Municipal

Lara Fernandes Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

II - _____

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO Nº0/2022

Processo Licitatório nº.: 108/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: 033/2022

Fiscal do Contrato: Talitta Gonçalves Cunha e Silva

Gestor do Contrato: Lara Fernandes Rodrigues



Aprovado

Procurador (s) Municipal

Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0021-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor RHENYS DA SILVA CAMBRAIA, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86 e Carteira de Identidade RG: MG7691864, residente e domiciliado na Rua Antônio Pereira de

Araújo, 271, Dona Benta, CEP 38750-000, em Presidente Olegário/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº ____/____ - ____ situada _____, _____/UF, CEP _____, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ e RG nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019 Decreto Municipal nº 1.183/2020, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre do processo licitatório nº. 108/2022 por meio do Pregão Eletrônico nº. 033/2022, pelo disposto no Decreto Federal nº 10.024/19, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIA REQUISITANTE

2.1. O objeto da presente é o **Registro de preços destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais odontológicos e afins para a Central Odontológica do Município de Presidente Olegário.**

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes Rodrigues

Fiscal: Talitta Gonçalves Cunha Silva e Kedima dos Reis Ribeiro

2.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d) Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, conforme cronograma de plantões apresentadas e ratificadas pelo fiscal do contrato.
- e) Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados;
- f) Efetuar o pagamento conforme especificado no Termo de Referência;
- g) Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário sem ônus ao município;



- b) Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação;
- c) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- d) Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título;
- e) Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.
- 4.2. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.
- 4.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
- 4.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
- 4.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).
- 4.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 4.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.
- 4.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- I - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.
- II - O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.
- III - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- IV - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2022, destinadas ao



pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no §2º do Art.7º do Decreto Federal 7.892/13.

6.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2022 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

7.1. A vigência desta licitação é 12 meses a contar da data de assinatura do termo correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO

8.1. O Licitante vencedor do certame se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais, conforme objeto do presente Edital, devendo a efetiva entrega ocorrer de forma parcelada em até 8 (oito) dias consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

8.2. A entrega dos materiais deverá ser no seguinte endereço:

- Central da Odontologia: Rua Tereza do Rufino nº224, bairro Planalto, Presidente Olegário-MG.

8.3. A entrega não efetuada, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes;

8.1. Ao participar deste certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no ANEXO I para apurar o recebimento de NAF;

8.2. Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos;

8.3. Após transcorridos 20 dias consecutivos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.

8.4. Não será admitida em hipótese alguma a entrega de materiais danificados, sob pena suspensão do fornecimento e demais medidas legais.

8.5. Os materiais, mesmo entregues e aceitos, ficarão sujeitos à substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, que comprometam a integridade do produto;

8.6. Os produtos, no ato da entrega, deverão possuir validade 80% de vida útil.

8.7. O licitante deverá se responsabilizar pelos materiais que forem resguardados pela garantia do fornecedor.

8.8. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

9.2. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput.

9.3. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

9.4. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

9.5. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

9.6. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco)



dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

9.7. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto desta licitação deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

O objeto será aceito após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Dos Atores da Gestão do Contrato

O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

Mecanismos de comunicação

Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:



V – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

VI – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ___ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
RHENYS DA SILVA CAMBRAIA
Prefeito Municipal

Lara Fernandes Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

II - _____